



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo n.º 08212613020198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEMAR VITORIO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respetivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA LESÃO NA MÃO DIREITA

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO LESÃO PREEXISTENTE

De acordo com o laudo pericial produzido, a autora apresentou lesão no 5º quirodáctilo da mão direita, que originou a apuração de invalidez parcial na MÃO DIREITA, no percentual de 50%.

Ocorre que a parte autora pleiteou administrativamente verba indenizatória DPVAT, cujo processo administrativo foi o autuado sob o **nº. 3180028490**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em **28/01/2017**.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de 5º QUIRODACTILO DA MÃO DIREITA, **50%**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO:

Número: 3080028490 Cidade: Campina Grande Natureza: Invalidez Permanente
 Vitima: JOSEMAR VITORIO DA SILVA Data do acidente: 28/01/2017 Seguradora: LIDER SEGUROS SEGAIS S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DO QUINTO QUIRODACTILO DIREITO

Descrição do exame médico pericial: SEM LECTIOZ, APRESENTA LIMITAÇÃO FUNCIONAL COM RESTIÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO DO QUINTO DEDO DA MÃO DIREITA NA EXTENSÃO DEFICIT DE 16 GRAUS.

Resultados terapêuticos: PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE TRITO NO DIA 28/01/2017, QUEM, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU AO HOSPITAL DE TRAIANA DE CAMPINA GRANDE PB, ONDE FOI REALIZADO EXAMES DE IMAGENS CONSTATANDO A FRATURA DO QUINTO DEDO, REALIZANDO TRATAMENTO CONSERVADOR, ALTA NO DIA 28/01/2017.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do 5º quirodáctilo direito em grau médio.

Sequelas: Com sequelas

Data de pericia: 25/01/2018

Conduta recomendada:

Observações: Indenização em grau médio de 5º quirodáctilo devido à limitação da mobilidade articular. Prescinde avaliação médica na cidade de Campina Grande.

Médico examinador: Luciano Tadeu Serrão Teixeira

CRM do médico: 7072

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (Art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurada	Indenização pelo dano
Deduto mão-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos da mão	10 %	Em grau médio - 50 %	9%	R\$ 675,00
		Total	5 %	R\$ 675,00

PRESTADORES

MEDES E STRAUMANN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

Médico revisor: JULIO O MEDES

CRM do médico: 37965

UF do CRM do médico: SP

Assinatura do médico:

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

OBSERVE EXA., NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO NOS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS DE LESÃO NO 5º DEDO DA MÃO DIREITA!

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de lesão de outro sinistro sofrido pelo autor, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

DA LESÃO NO PUNHO DIREITO

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial na **MÃO DIREITA É DE SINISTRO DIVERSO**, não cabendo qualquer indenização, e a do PUNHO DIREITO **corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer a improcedência dos pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 6 de outubro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB